



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (37); achando-se ausentes os Senhores Deputados Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveria, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Wilson Fortes e Aragão de Mattos Leão (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Jacarezinho, do Professor RODRIGO OTÁVIO TORRES PEREIRA.

Tal passamento vem de consternar a sociedade de Jacarezinho, uma vez que o extinto, pessoa das mais relacionadas, exerceu as funções de Diretor do Colégio Estadual de Jacarezinho, Diretor da Faculdade de Filosofia de Jacarezinho, foi Vereador e Candidato a Prefeito Municipal pela legenda da Aliança Renovadora Nacional, além do legado como escritor de diversas obras sobre gramática da língua portuguesa.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1978.

(a) Wilson Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, inscrito.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "A Campanha da Fraternidade, iniciativa

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem abordado ano a ano, temas dos mais palpitantes da atualidade. Em 1977 a Campanha nos exortava a começar em casa, pelos exemplos e pelo comportamento de harmonia social, a aplicar o lema da fraternidade. Estava na raiz dos ensinamentos do Cristo, com o "amai-vos uns aos outros".

Em 1978 o tema da Campanha da Fraternidade é "Justiça e Trabalho para todos". Um assunto abrangente, que vale considerar.

Justiça para todos, o que é? A Justiça social é o principal anteparo de iniquidade que faz o homem descrever da sociedade onde vive. Por isso mesmo, o Cristianismo ao pregar o conceito moral de Justiça Social, está consolidando uma ordem social que dê a todos a oportunidade de realização plena. Ao combater os privilégios herdados, ao condenar a exploração do homem, o Cristianismo se revela em toda a sua plenitude.

O tema do "trabalho para todos" é outro enfoque da campanha anual pela fraternidade. Trabalho justo quer dizer trabalho participativo, trabalho que eleva e que abre possibilidades.

Trabalho para todos quer dizer que os governantes e a sociedade devem se preocupar em que não falte trabalho decente para cada cidadão, cada ser humano. Porque o trabalho é a fonte digna da riqueza que flui para cada homem.

Não há porque o desenvolvimento incorporar o conceito de desemprego. Devemos fugir do subemprego, do subdesenvolvimento, mas devemos porfiar para que o desenvolvimento nos traga colocações honestas para todos.

Como parlamentar tenho insistido no importante papel do ensino profissionalizante. Desde a escola fundamental devemos encaminhar o jovem para o ensino que abre as perspectivas da vida, mas também, dá a formação técnica que o habilita a melhores padrões de ganhos. É certo que o ensino profissionalizante custa um pouco mais caro que a escola convencional, mas o investimento em Educação tem se revelado uma das melhores aplicações dos recursos da sociedade. O jovem treinado hoje vai devolver, com largueza de juros, aquilo que a comunidade lhe deu, mediante um trabalho produtivo que rende mais e beneficia a todos.

O Brasil que todos queremos é um Brasil próspero e justo, onde os homens se sintam seguros quanto ao trabalho, à família, às oportunidades de ascensão pessoal. Com justiça e trabalho para todos estaremos garantindo ao Brasil esse futuro melhor com que sonhamos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As atividades que se desenvolvem, decorrentes do desempenho do mandato popular, devem e, necessariamente, se tornar públicas e do conhecimento desta Casa. Por isso ocupo, hoje, a tribuna, ao Pequeno Expediente, Sr. Presidente, para tratar e relatar atitude que, ontem, adotamos. (Lê):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O episódio das recentes prisões ocorridas em Curitiba, agora com a responsabilidade avocada pela Polícia Federal, pela maneira como se desenrolou a operação, pelos desdobramentos que produziu e vem produzindo, e, pela intranquilidade que gerou, mereceu além das atitudes que esta A.L. conhece e dos posicionamentos assumidos aqui e no seio de inúmeras comunidades, uma participação mais concreta da parte de parlamentares que, com assunto neste Legislativo, estão compro-

metidos com o trabalho em favor do Estado de Direito e de respeito à Liberdade e à Justiça, objetivando o primado da Lei, tendo por escopo a dignidade da criatura humana.

O zelo pela integridade e a justa e necessária preocupação com a situação em que se possam encontrar os cidadãos presos, e as informações veiculadas pela Imprensa e com satisfação cívica trazidas pelos dirigentes nacionais da Oposição, dando conta da suspensão da incomunicabilidade dos detidos, segundo compromisso do Senhor Ministro da Justiça, transmitindo ao Presidente do Congresso Nacional, levaram Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, com assento nesta Casa a buscarem um contáto com os policiais responsáveis pelo feito.

Honrados pela companhia do Senador Leite Chaves, que além de representante de nosso Estado na Câmara Alta do País, é no momento, missionado para acompanhar o caso e relatá-lo à nossa bancada no Senado da República, entrevistamo-nos, ao final da tarde de ontem, com o Superintendente da Polícia Federal no Paraná, nas dependências daquele Órgão.

A origem da medida policial repressiva foi reiterada por aquela autoridade como sendo atividades pedagógicas e educacionais que pretendiam "transformações sociais inculcando nas crianças" da pré-infância: "a negação de valores como a Religião, a Família e a Tradição Histórica" (conforme nota já divulgada por aquele Órgão) adiantando que embora não houvesse eminência de novas ações semelhantes, poderiam elas ocorrer na continuidade do tempo.

Cumprido, mais uma vez, aceitando-se tais justificativas, enquinar de draconiana, má e inflexível a Lei de Segurança Nacional, aliás, já assim rotulada, entre outros, por eminentes membros do Superior Tribunal Militar.

Avultam, no caso presente, dois aspectos profundamente graves e preocupantes:

De um lado, o acúmulo de competências, poderes e prerrogativas à órbita eminentemente policial, conflitando com as nossas tradições, com a nossa Ordem Jurídica, com a própria Constituição, e distanciando-se dos costumes dos povos cultos e amadurecidos, que fazem recair sobre o império da sabedoria e da tranquilidade dos Tribunais a distribuição da Justiça.

De outro lado, o contraste violento, gritante e inaceitável pelas consciências formadas pelos princípios do Justo e do Equânime, entre a eventualidade de um delito nas proporções anunciadas e a gravidade do constrangimento imposto.

Resultou, conclusivamente, ao contáto mantido, que o rigor da incomunicabilidade total dos presos, apesar do apregoado pelas autoridades do Governo Federal, se mantém férreo e inalterável.

O Senhor Superintendente Regional da Polícia Federal, assumindo inteira responsabilidade pela manutenção da situação e da integridade, física, mental e moral dos detidos, mesmo assim não acedeu ao apelo, nem mesmo do eminente representante do Senado da República para que os presos fossem sequer vistos, estendendo ao veto de comunicação a proibição da visibilidade, deixando, com essa medida, entre outros fatos, de conquistar uma fiança séria, honesta e imparcial às suas palavras.

Cabe-nos, diante dos fatos e da inconsistência da informação ministerial, pleitear seja o procedimento policial concluído com a maior brevidade, devolvendo-se a liberdade aos inocentes com a maior urgência, e, ouvida a decisão da Instância Maior, se estabeleça a distribuição de plena e integral, só ela, sim, fundamento e certeza de Segurança."

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná na verdade vive momentos de apreensão, com os fatos recentemente ocorridos nesta Capital. Principalmente com o seqüestro da professora e jornalista, posteriormente com a prisão de diversos professores e intelectuais.

Nós até agora não nos manifestamos a respeito do assunto e procuramos ouvir, inclusive o Superintendente, da Polícia Federal e na argumentação daquela autoridade, na verdade não nos convencemos ainda da justeza e dos propósitos ordeiros que devem nortear a ação das autoridades.

Procuramos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na leitura da Lei de Segurança Nacional, o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, um dispositivo legal que definisse uma pena para a ação delituosa das pessoas que hoje se encontram encarceradas, e em nenhum dos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, no capítulo que trata dos crimes e das penas, do artigo 8º ao artigo 55, não encontramos uma disposição sequer que defina como crime o comportamento daqueles que estão hoje sendo submetidos a um constrangimento carcerário.

Através da leitura de diversos jornais e declarações, publicados nessa mesma imprensa, soubemos que aquelas escolas estão funcionando há, praticamente, 5 (cinco) anos nesta Capital, sob uma forma de cooperativa.

E não vejo como se possa enquadrar num dispositivo de subversão à ordem, o ensinamento de crianças de até 6 (seis) anos. Não concebo a possibilidade de assimilação de doutrina, por crianças nessa idade. Nós mesmos, adultos, dificilmente chegamos a compreender a doutrina marxista.

Falou-se também que a dialética e o materialismo que ali se ensinou, num deturpamento da formação dessas crianças.

Mas, se assim fosse, Russel — como já disse o "Jornal do Brasil" há poucos dias, teria tido contra ele um mandado de prisão. Hegel também, porque um era dialético, outro era materialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, deixa-nos, em dúvida, quando se afirma que o fato de aquelas escolas funcionarem de uma forma que a Polícia Federal, que não tem condições de analisar os seus métodos de orientação educacional, constituir-se numa violação à ordem legal, vigente, nós teríamos a dizer que, por muito mais razão, a autoridade que se omite em aplicar a Lei de Segurança Nacional, com relação ao seqüestro da Professora Juracilda da Veiga, está interpretando a lei de uma forma conveniente, do seu ponto de vista policial, porque, na verdade, diz a autoridade policial, que o seqüestro não constitui violação à Lei de Segurança Nacional, e por isso não lhe compete atuar nessa esfera.

Mas, nós verificamos no artigo 28 da Lei de Segurança Nacional que ela é bem clara: (Lê) "Devastar, saquear, assaltar, roubar e seqüestrar etc., constitui crime contra a Lei de Segurança Nacional, com reclusão de doze a trinta anos".

Tudo nos leva a crer que se trata de um crime configurado na Lei de Segurança Nacional, o caso da professora Juracilda.

Portanto, eu entendo que há aí uma interpretação de uma forma um tanto quanto parcial, e a Polícia Federal se omite em tomar uma atitude com relação a esse fato, enquanto procura enquadrar na Lei de Segurança Nacional, professores responsáveis pela orientação educacional numa escola que há muito tempo vem operando nesta Capital.

Lendo todos os dispositivos da Constituição, lendo todos os dispositivos da Lei de Segurança Nacional, nós não encontramos uma palavra sequer que possa fazer configurar o comportamento desses cidadãos, ainda que se dissesse que estariam eles, apenas para argumentar, que estariam eles ministrando a doutrina marxista, porque eu já ouvi até de uma alta patente nacional dizer que a idéia marxista não constitui crime e de fato não constitui crime segundo a Lei de Segurança Nacional, porque visa subverter a ordem vigente.

O que ocorre na espécie, a mim me parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma interpretação extensiva da legislação penal. O que não é permitido na nossa legislação, porque todos os crimes devem estar definidos na lei. É um princípio universal de Direito, que não há crime sem lei que defina, como não há pena também que não seja capitulada na lei.

Dessa forma, Sr. Presidente, queríamos dizer, do nosso ponto de vista, que entendemos que a prisão desses cidadãos é, sem dúvida alguma, arbitrária, violenta. E está, de certa forma, contrária a todos os princípios universais de Direito, e mais porque entendo que nenhum mal haveria para garantia da aplicação da lei e da justiça, em se proporcionar àqueles indiciados, que, na hora de darem seus depoimentos, estivesse ali um advogado para assistir e dar o amparo psicológico para o desenvolvimento de seu raciocínio e, da mesma forma, resguardar a lisura do comportamento da autoridade policial.

Porque, nós, muitas vezes, que atuamos na Justiça Criminal e acompanhamos nossos clientes até a Polícia, verificamos que as palavras, ao serem transportadas para os depoimentos, são feitas de uma forma falha. Pois, a palavra — como todos sabemos — a fiel mensageira do pensamento.

Vemos, muitas vezes, depoimentos, na Polícia, aparecerem distorcidos, que não condizem com a realidade, porque, ou o indiciado não soube responder às perguntas, ou elas foram mal traduzidas por quem as dirigiu.

É isso uma prática que sabemos, e que temos constatado freqüentemente. Acho que existe, na verdade uma lei draconiana, que é essa dita lei de Segurança Nacional, porque atribui, exclusivamente ao representante da Polícia Federal, o encarregado dos inquéritos, a admitir, ou não, a comunicabilidade dos indiciados.

Porque, a lei aqui diz: “o encarregado do inquérito poderá estabelecer a incomunicabilidade do indiciado”. Quer dizer, a disposição legal é potestativa. Ela deveria, por uma questão até de resguardar — como já disse — a sua lisura, a lisura do seu comportamento, na condução do inquérito, admitir a comunicabilidade do indiciado.

O encarregado do inquérito poderia permitir que, na hora em que o indiciado fosse prestar o depoimento, ali comparecesse o seu advogado para acompanhar suas declarações e evitar que, muitas vezes, elas fossem traduzidas de uma forma errônea, não condizente com a realidade.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que temos, graças a Deus, uma formação democrática e cristã, vimos, hoje, a esta tribuna para dizer da nossa apreensão contra os resultados positivos de inquérito que se faça contra esses cidadãos, da nossa dúvida que, amanhã, eles virão trazer, mesmo que se conclua por um resultado positivo, pela Polícia, porque não acompanhamos, não sabemos o que lá está se passando, não sabemos como estão sendo tratadas as pessoas encarceradas e como vão ser tomados os seus depoimentos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é hora do Brasil voltar à plenitude democrática, é hora do povo brasileiro se conscientizar que nós teremos que voltar ao caminho certo, com leis que possam conduzir o povo com seriedade e com mais justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Nos restantes 15 minutos do Grande Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A fim de que fique constando dos Anais da Casa, uma declaração de voto que não pudemos fazer, ontem, por indeferimento do eminente Presidente desta Casa, desejamos de início, acentuar que é o próprio Regimento Interno o primeiro a consagrar a existência de dúvidas quanto à sua aplicação; no artigo 97, diz claramente este diploma:—

“Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituirão questão de ordem.”

Não pode sequer, Sr. Presidente, explicar ao ser entendido, explicitamente, de que pretendíamos evitar que esta Casa praticasse um ato em ofensa ao Regimento Interno que no seu artigo 152 não admite, sequer, que se discuta a matéria vencida. E, esta Casa não só discutiu, tratou de matéria vencida, como

votou matéria vencida na sessão de ontem.

Entretanto, tive a impressão de que entendesse, justamente ao contrário, isto é, de que eu pretendia tratar de matéria vencida, a Mesa, reiteradamente, negou-me a palavra.

Ora, Sr. Presidente, quinta-feira da semana passada, esta Casa aprovou um requerimento do mesmo e ilustre Deputado Líder da bancada do MDB, Enéas Faria, pelo qual se concedeu preferência na Ordem do Dia.

O requerimento votado foi aprovado.

Se este requerimento foi aprovado na quinta-feira passada, eu perguntaria à Mesa, onde no Regimento Interno existe um dispositivo que atribua a decadência a uma matéria dessa natureza, aprovada pela Casa, pelo simples fato de não ter sido observada a matéria aprovada no requerimento na mesma sessão. Por que?

Porque por ocasião da votação da matéria, como contasse minoria no Plenário, a ilustrada bancada da Aliança Renovadora Nacional retirou-se, não dando número, “quorum” para a votação.

Ante esta retirada estratégica, estratégica digo entre-parênteses, quando efetuada excepcionalmente, mas quando efetuada reiteradamente constitui ofensa descabida ao Regimento Interno que proíbe ao Parlamentar de se retirar do Plenário na hora da votação.

E nós dizíamos mais, principalmente após ter o Deputado respondido chamada nominal. É um gesto anti-parlamentar, e por que não dizer indecoroso, se reiterado.

Admitimos claramente essa manobra em ocasiões em que muitas vezes o fim justifica o meio, mas não como meio reiterado abusivamente usado para obstruir uma votação.

Então, Sr. Presidente, nós não estávamos tratando de matéria vencida. Nós estávamos, isso sim, procurando evitar que esta Casa não cumprisse a sua própria decisão, a sua própria deliberação anterior que acabou sendo cumprida porque o novo requerimento a que se viu forçado a apresentar o Deputado Líder, Enéas Faria, foi aprovado.

Mas por que S. Ex.^a reiterou seu pedido? Porque na sessão de sexta-feira última, se não estou enganado, S. Ex.^a surpreendido, constatou que a Mesa não observava mais a preferência que a Casa havia decidido anteriormente na sessão anterior, do dia anterior.

Veja Sr. Presidente, que o Regimento Interno, no artigo 100, esclarece: (Iê) — Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras. E vai por aí afora. (Iê) — § único do art. 102 — Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando apresentados simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referem, a critério do Presidente.

Art. 103 — A ordem regimental das preferências poderá ser alterada por deliberação da Assembléia.

§ 1.º — Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2.º — O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3.º — Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

Na parte relativa à votação se diz: “Nenhum Deputado.... Primeiramente: “Nenhuma matéria exporá voto sem a presença de número legal de Deputados”. Depois: “Nenhum Deputado presente poderá se abster de votar salvo: se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ou acompanhado os debates sobre a matéria em deliberação. Se se tratar de causa em que tenha interesse individual”.

O artigo 132, por outro lado, inciso 5, admite que o

Deputado requeira a inserção em ata de sua declaração de voto, declaração que está expressamente prevista no Regimento, conforme acabamos de ler, inclusive também no Artigo 158, letra "a", por uma razão muito simples, de que a ninguém é lícito votar se estiver impedido, e a ninguém é lícito deixar de votar, sem declarar esse impedimento.

Conseqüentemente, esta Casa tem adotado em relação ao Artigo 132, inciso 5, Declaração de Voto, acatar de longa data. Para ser mais claro, desde que me encontro nesta Casa, tenho em inúmeras e incontestáveis votações, constatado — e isso é facilmente verificado nos Anais da Casa — que, por ocasião das votações, inúmeros Srs. Deputados declaram os seus votos, para que fique expressa sua participação e sua posição em relação à matéria. Fato, muitas vezes, de repercussão política, que não é justo à Mesa impedir que seja feito pelo representante do povo nesta Casa e, por isso, tem sido posto em prática.

Mas, nem essa declaração de voto, para dizer que votava a matéria em obediência ao Lder de minha bancada, mas que considerava a matéria vencida, porque já havia sido votado este requerimento em inversão da Ordem do Dia e, conseqüentemente, a inversão deveria ser observada, seguindo-se na cauda da Ordem do Dia, a matéria que viesse posteriormente, Sr. Presidente, fato do qual V. Ex.^a não participou, mas não permitiu também que eu levasse ao seu conhecimento.

Daí, esta declaração que eu registro, Sr. Presidente, para que fique nos Anais da Casa, esta minha declaração de voto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência deve, pelo respeito que devota ao eminente Deputado José Muggiati Filho, significar que, primeiro, procedeu na sessão imediatamente anterior a esta, rigorosamente dentro dos ditames regimentais, Acolhe o arrazoadado de S. Ex.^a. Todavia, a Presidência não foi, em nenhum instante solicitava a inscrever V. Ex.^a para falar, na mesma sessão, pois poderia V. Ex.^a ter requerido, em explicações pessoais, para registrar a posição do Parlamentar quanto ao mérito, ou quanto ao posicionamento diante da matéria.

A Presidência faz menção ao § 1º do Art. 97, citado por V. Ex.^a: "Todas as Questões de Ordem claramente formuladas, serão resolvidas, definitivamente, pelo Presidente da Assembléia".

A Presidência pretendeu, de boa fé, ter ontem mantido posição de respeito ao Regimento Interno. Se por qualquer razão a Presidência deixou de cumprir o Regimento Interno, o fez sem qualquer intenção de ofensa à dignidade, ao valor do ilustre Parlamentar.

Espera a Presidência que fatos não se repitam, em que a Presidência possa ferir os interesses ou a dignidade parlamentar de qualquer Deputado desta Casa.

Todavia, na repetição da votação da matéria aludida por V. Ex.^a, Deputado Muggiati Filho, que foi objeto de nova votação em plenário, a Presidência assim agiu porquanto um Sr. Parlamentar duvidou da exatidão da contagem de votos durante a verificação de votação. E, ato contínuo, a Presidência determinou nova votação e que, ao final, ratificou o resultado anteriormente divulgado sobre aquela matéria.

Não houve e não haverá, por parte da Presidência, nenhuma intenção de restringir a qualquer Parlamentar o direito de usar da palavra durante as sessões.

Consulto a Liderança do MDB sobre, se deseja ocupar os 15 minutos regimentais que lhe são conferidos.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Tem a palavra, o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um governo que preza a paz, um governo que preza a tranquilidade, um governo que dirige sua ação em favor da comunidade que lhe compete dirigir, um governo imbuído de

bom senso e de boa fé, um governo, enfim, como aquele que há muito estão desejando para o Paraná, haveria que adotar atitudes e, nas horas certas, nos momentos corretos.

Aguardamos ontem, ainda acreditando que tudo isso fosse possível no Governo do Paraná; aguardamos ontem e não veio, e até este momento não se tem notícia da demissão do Sr. Secretário de Segurança do Estado do Paraná.

Parece-me que outra não poderia ser a atitude do Governo se bem desejasse zelar pela paz da família paranaense.

Parece-me que, imediatamente, o respeito à Lei deveria ser referendado, deveria ser exigido.

Mas, parece, Sr. Presidente, e o tempo está a confirmar isso, e as atitudes estão a comprovar isso, que existe perfeita afinidade entre o Sr. Governador e os Srs. Secretários, e isto não é nada mais que natural.

Portanto, ilusão nossa, e engodo nosso, esperarmos que este Governo tivesse tomado a atitude correta de, imediatamente, após as afirmações e posicionamento ilegal, temerário, grave, tumultuador do Sr. Secretário de Segurança, esperar que o Sr. Governador adotasse uma outra atitude.

Numa área de segurança, agora, mostrando-se e, por inteiro, deixando-se-lhe ver o caráter e a disposição, os princípios que o norteiam; o outro, na área administrativa, e na área política, agindo no mesmo diapasão, no mesmo tom, também, tumultuando, também pressionando, também coagindo, também desrespeitando. Mas, aguardando até agora, Sr. Presidente, ainda, quem sabe, iludidos e engodados que alguma atitude pudesse ocorrer. Ela não veio e não vem. Cabe a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por respeito ao próprio mandato que ostentamos, por respeito à própria representação que conquistamos, agir com dignidade e com a coragem que seja necessária, para preservar os escalões governamentais de cidadãos que desrespeitam as leis, de cidadãos que incitam ao cometimento de ilícitos; de cidadãos que, ao invés de assegurar a tranquilidade e a segurança, infundem na população exatamente o inverso. Cabe a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe à Casa, uma atitude, para que a família paranaense saiba que na vida pública deste Estado, existem homens que zelam, que cuidam, que se preocupam com sua tranquilidade, com sua paz e com sua segurança.

Cabe a nós, e a esta Casa, Sr. Presidente, para que o Brasil inteiro conheça que no Paraná ainda existem homens que não se dobram, que no Paraná ainda existe um Poder que se põe de pé. Cabe a nós, uma atitude. Por isso, Sr. Presidente, iremos propor, formulando requerimento e aguardando que haja na Casa, a manifestação unânime, porque outra não deve ser, de apoio, de aprovação e até mesmo...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a permite um aparte? — (Assentimento)

Embora V. Ex.^a não tenha explicitado o contexto em que se insere o seu pronunciamento, é legítimo supor que ele decorra de frase atribuída ao Sr. Secretário de Segurança, na qual teria dito que comandaria, ele, um seqüestro.

É preciso que V. Ex.^a, com serenidade, analisasse o envolvimento dessa frase, porque de sua entrevista à imprensa, se refere à segurança, sempre enfatizou que o seu comportamento, como de secretaria que dirige, seria traçado dentro dos limites que confere a legalidade vigente.

A frase, na realidade, não tem a contundência que V. Ex.^a pretende dar a ela.

O SR. ENÉAS FARIA — Que o País está dando a ela, Sr. Deputado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a sabe perfeitamente que o Sr. Secretário de Segurança não pretendeu dizer o que V. Ex.^a está concluindo. O que o Secretário de Segurança pretendeu dizer, é que em caso de grave comoção interna, como um ato revolucionário, ele poderia agir ao extremo. Não é, e V. Ex.^a sabe disso e, acredito que todo o Paraná saiba, não é

costumeiro do comportamento do Secretário de Segurança nem da sua Secretaria, qualquer ato que violente os direitos humanos. Eu não estou colocando o meu aparte dentro de um movimento emocional partidário. Mas efetivamente no Paraná, no que diz respeito à Secretaria de Segurança Pública, salvo excessos muito comuns em todas as polícias do mundo, mas sem o assentimento, sem ser um excesso sistêmico, programado, aqui no Paraná, pelo que sei, pelas informações que disponho, a ação do Secretário de Segurança tem se pautado por uma louável...

O SR. ENÉAS FARIA — Inércia.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Talvez até seja, se V. Ex^a acha que é inércia, que assim seja. Mas é exatamente o contrário da violência. Talvez V. Ex^a tenha achado o nosso Secretário muito brando, muito inerte, não tenha se valido da violência, como presumo que V. Ex^a até propõe para que o crime, a ação delituosa, seja punida com mais rigor pelo Secretário de Segurança.

Fica essa sugestão, que V. Ex^a pretenda dar, que não seja tão inerte o Secretário de Segurança, que seja mais rigoroso. O que V. Ex^a considera inércia, talvez seja sua formação democrática. Mas, seja como for, V. Ex^a sabe perfeitamente que o contexto da frase não revela a conclusão que V. Ex^a pretende chegar. Evidentemente que V. Ex^a tem todo o direito de fazer e até lhe incumbe, de fazer tais considerações, mas eu tenho comigo, nobre Deputado, que esta visão, que esta mirada, esta postura com relação à Secretaria de Segurança. Era só. O SR. ENÉAS FARIA — Não quero, eminente Deputado Luiz

Roberto Soares, que é sempre muito bom ouvi-lo, quer quando V. Ex^a se pronuncia clara e positivamente, quer quando dá mostras do seu talento e de sua inteligência, dos exercícios mentais que desenvolve, buscando sempre atingir os objetivos que lhe são deferidos.

Sr. Deputado, é um caso sobre outro, é uma ação sobre outra, sem que haja qualquer indício de que os órgãos de segurança do Estado tenham um momento sequer adotado, pelo menos preocupação em resolvê-los.

Há poucos dias, foi o fato gritante em que um professor adentra a uma Delegacia de Curitiba. É ali preso, algemado, seqüestrado, para reaparecer horas depois, em um canto qualquer, e vir o Sr. Secretário de Segurança dizer que ninguém tem conhecimento do fato, dizer que nada se sabia, e até hoje nada se sabe, embora as declarações taxativas da vítima de que, dentro de uma Delegacia de Polícia, sofreu coação, sofreu constrangimento.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eu realmente desconheço, nobre Deputado, os detalhes desta prisão, mas eu próprio reconheço e já disse da tribuna que há, lamentavelmente, dentro do aparelho repressivo, alguns órgãos paralelos. Mas esses não têm, posso garantir-lhe, a cobertura e nem a complacência do Secretário de Segurança.

O SR. ENÉAS FARIA — Mas estão recebendo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Eu digo que não estão recebendo.

O SR. ENÉAS FARIA — Pelo contrário. Os fatos estão a mostrar o contrário, eminente Deputado. As evidências aí estão e se V. Ex^a me permite eu concluiria com a leitura deste requerimento. A posição do Sr. Secretário de Segurança foi taxativa, foi clara e aberrante ao declarar o que declarou, e não ao dizer o que teria dito, porque foi a imprensa do Paraná e a imprensa do Brasil que retratou o fato, aliás, até recebendo, numa tentativa que desmerece o talento e a cultura jurídica do seu Diretor de Polícia Civil, o eufemismo de que com o seqüestro, o Sr. Secretário pretendia dizer "prisão sem ordem legal".

É o seguinte o teor do requerimento, Sr. Presidente. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com base nas prerrogativas asseguradas pela Constituição do Estado do Paraná, tendo em vista as

reiteradas ações ilegais ocorridas em território paranaense, algumas delas configurando delitos de seqüestro, sem que, até esta data, tenha havido apuração de tais fatos, e, mais lamentável ainda, sem que se tenha seguras manifestações de que haja ou tenha havido interesse em elucidar tais ilícitos; ainda considerando que o Sr. Coronel Alcindo Pereira Gonçalves, titular da Secretaria de Segurança, em recente declaração pública, divulgada pela imprensa do Paraná e do Brasil, ao afirmar que comandaria e participaria de "seqüestros", tornou-se clara, evidente e alarmantemente incurso em ilícitos penais e, mais ainda, tudo se somando e vinculando, é a situação de molde a configurar um dos mais sérios e preocupantes quadros já vividos pela família paranaense, à mercê, agora, da intranquilidade, do medo e da insegurança.

Requer, na forma regimental, com arrimo Constitucional, sem prejuízo de outras ações cabíveis, a CONVOCAÇÃO do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, a fim de, perante esta Assembléia Legislativa, depor sobre as questões ventiladas.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

Apoiamto: Accioly Neto, Edilson Alencar, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Lineu Turra, Waldenício Barbalho, José Domingos Scarpelini e Muggiati Filho".

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, se deseja ocupar, ou em seu nome, o espaço reservado à sua Bancada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 128/77, que autoriza o Poder Executivo alienar, por doação, ao Município de Teixeira Soares, terreno localizado no quadro urbano do Distrito de Angaí, com área, limites, divisas e demais características, constantes do registro do imóvel da Comarca de Teixeira Soares. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 128/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação, ao Município de Teixeira Soares, um terreno localizado no Quadro Urbano do Distrito de Angaí, com a área de 873,76 m², constando um prédio de madeira, antigo, com os limites, divisas e demais características constantes da transcrição número 293, Livro 3-A, fls. 64, do Registro de Imóvel da Comarca de Teixeira Soares.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 133/77, que dá nova redação ao artigo 70 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16/11/70. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 133/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O artigo 70 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70 — Haverá substituições nos casos de impedimento legal ou afastamento do titular de cargo isolado de provimento efetivo, de cargo em Comissão ou função gratificada.

§ 1º — As designações de que trata o presente artigo, serão procedidas pela autoridade competente para a nomeação do substituído, ou de conformidade com as normas estabelecidas em regulamentação privada.

§ 2º — Funcionários efetivos do quadro permanente, devidamente habilitados, poderão ser designados para responder por cargos técnicos ou científicos iniciais de carreira, vagos, até a realização do respectivo concurso, desde que essa designação não ultrapasse o prazo de seis (06) meses."

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 143/77, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 143/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araucária, o imóvel de propriedade do Estado, adquirido por compra de João Carrano e de sua mulher, D^a Helena Carrano, pelo valor de Cr\$ 74.090,00 (setenta e quatro mil e noventa cruzeiros), conforme escritura lavrada no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Araucária, às fls. 170, do Livro 3, nº 5, sob o nº 3.696, de 10/01/52, constituído de um terreno com a área de 4.213,10 m² (quatro mil, duzentos e treze metros e dez centímetros quadrados), contando uma casa de madeira, coberta de telhas de barro, planta, tipo Marselha, uma garagem de madeira, coberta de telhas, e ainda um depósito, também de madeira, sito no lugar denominado Guajuvira - Município de Araucária, tendo as seguintes confrontações: 40,70 metros de frente para uma rua sem denominação; 95,00 metros do lado direito, dividindo com Paulo Bichara; 79,70 metros do lado esquerdo, onde divide com a propriedade de Leonardo Figuel, e 37,00 metros na linha de fundos, dividindo com Elias Jorge, imóvel esse que os outorgantes adquiriram em maior área por título transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Araucária, sob o nº 2.501, Livro 3, nº 4, conforme escritura lavrada em 14/08/50, no 4º Tabelionato de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 146/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública, a "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IVAIPORÃ", com sede e foro na cidade de Ivai-porã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 153/77, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do INCRA no Paraná - ASSINCRA, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Rodrigo Otávio Torres Pereira, ocorrido na cidade de Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto

Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, em forma de pedido de informações com referência ao montante de cadernos a serem distribuídos no atual período escolar. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. (É procedida a verificação de votação).

14 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Será feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Pausa

Responderam a chamada 25 Srs. Deputados. Não há "quorum" para deliberação, apenas para discussão da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Segurança Pública, a fim de, perante esta Assembléia Legislativa, depor sobre ações ilegais ocorridas em território paranaense, algumas delas configurando delitos de seqüestros. Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 153/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/77.

Levanta-se a Sessão.